

Bematech S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Bematech S.A.
São José dos Pinhais - Paraná

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bematech S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa 20, a Companhia mantém contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) o qual possui obrigações financeiras especiais “*covenants*”, que devem ser calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas de sua Controladora, TOTVS S.A.. Entretanto, a Administração da Companhia não apresentou à demonstração financeira auditada da controladora TOTVS, que possibilite a comprovação do cumprimento das obrigações financeiras do contrato mantido com o BNDES para a data base 31 de dezembro de 2015. Tendo em vista que o contrato vinculado às debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusulas de “*cross-default*”, um eventual não atendimento das obrigações especiais mantidas com o BNDES geraria também um não atendimento das cláusulas do contrato existente entre a Companhia e seus debenturistas. Conseqüentemente, não foi possível concluirmos quanto à adequada classificação dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures mantidos no passivo não circulante individual e consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 66.766 mil (ou R\$ 33.824 mil e R\$ 32.942 mil, respectivamente).

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito na “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, caso haja, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bematech S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito na “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, caso haja, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bematech S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 6 de março de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

Curitiba, 11 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Bematech S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	46.327	99.411	71.113	117.519
Contas a receber de clientes	8	77.636	74.756	91.204	91.824
Estoques	9	36.050	19.532	45.845	26.576
Impostos a recuperar	10	43.078	40.376	46.953	43.828
Caução contratual	11	1.725	2.927	1.725	2.927
Outros créditos		5.174	9.385	4.352	4.363
		209.990	246.387	261.192	287.037
Não circulante					
Depósitos judiciais	22 (f)	12.040	11.157	12.050	11.157
Impostos a recuperar	10	17.881	9.012	17.881	9.012
Impostos diferidos ativos	12	7.036	-	7.267	1.586
Caução contratual	11	5.754	5.175	5.754	5.175
Outros créditos		1.781	753	472	814
		44.492	26.097	43.424	27.744
Investimentos	14	253.787	225.974	-	-
Imobilizado	15	9.105	9.991	13.440	13.233
Intangível	16	146.390	145.819	354.035	338.821
		409.282	381.784	367.475	352.054
Total ativo não circulante		453.774	407.881	410.899	379.798
TOTAL DO ATIVO		663.764	654.268	672.091	666.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bematech S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Fornecedores	17	45.908	24.785	46.410	25.916
Empréstimos e financiamentos	19	7.651	7.745	7.670	7.848
Debêntures	20	12.442	13.617	12.442	13.617
Salários e encargos a pagar	18	8.557	8.289	13.300	13.305
Impostos e contribuições a recolher	21	2.368	3.621	3.982	4.970
Comissões a pagar		377	926	383	1.074
Participação nos resultados		-	6.071	-	8.340
Dividendos e juros sobre o capital		1	4	438	412
Imposto de renda e contribuição social	21	-	6.132	813	8.068
Obrigações por aquisições de investimentos	23	-	14.216	-	14.266
Provisão para contingências	22	3.428	3.555	3.428	3.555
Outros passivos	24	5.701	6.654	6.182	7.059
		86.433	95.615	95.048	108.430
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	34.263	19.091	34.263	19.091
Debêntures	20	32.942	38.911	32.942	38.911
Provisão para contingências	22	18.244	17.485	18.412	17.650
Impostos diferidos passivos	12	-	323	-	323
Obrigações por aquisições de investimentos	23	36.207	36.014	36.207	36.014
Provisão para perdas em sociedades controladas	14	456	413	-	-
Outros passivos	24	43	567	43	567
		122.155	112.804	121.867	112.556
Patrimônio líquido					
Capital social	25 (a)	344.601	344.601	344.601	344.601
Reserva de capital	25 (b)	842	1.814	842	1.814
Reservas de lucros	25 (b)	91.452	75.232	91.452	75.232
Dividendo adicional proposto	25 (d)	81	21.486	81	21.486
Ações em tesouraria	25 (e)	(13.473)	(3.542)	(13.473)	(3.542)
Ajuste acumulado de conversão		31.673	6.258	31.673	6.258
		455.176	445.849	455.176	445.849
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		663.764	654.268	672.091	666.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bematech S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita	28	305.176	307.553	433.995	425.576
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	31	(204.222)	(180.610)	(279.854)	(245.709)
Lucro bruto		100.954	126.943	154.141	179.867
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	31	(50.255)	(48.021)	(64.083)	(62.098)
Administrativas e gerais	31	(47.187)	(39.473)	(64.360)	(54.629)
Honorários da administração	14 (b)	(5.245)	(7.243)	(5.873)	(8.306)
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(4.429)	(1.916)	(7.474)	(5.678)
Subvenção governamental	25	15.991	22.797	15.991	22.797
Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial		9.829	53.087	28.342	71.953
Despesas financeiras	30	(21.229)	(10.604)	(23.086)	(15.850)
Receitas financeiras	30	14.466	10.175	16.279	10.868
Resultado da equivalência patrimonial	14	12.415	10.706	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.481	63.364	21.535	66.971
Imposto de renda e contribuição social correntes	12 (c)	487	(5.898)	(4.201)	(10.297)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (c)	8.257	(3.396)	6.891	(2.604)
Lucro líquido do exercício		24.225	54.070	24.225	54.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bematech S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	24.225	54.070	24.225	54.070
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão ou talvez sejam reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	25.415	6.281	25.415	6.281
Resultado abrangente total	49.640	60.351	49.640	60.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bematech S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Opções outorgadas reconhecidas	Legal	Retenção de lucros	Subvenção de incentivos fiscais					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	344.601	1.599	7.092	10.066	41.834	-	(1.185)	(23)	-	403.984
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	54.070	54.070
Ganhos cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	6.281	-	6.281
Transações de capital com sócios										
Transações com pagamentos baseados em ações										
Opções outorgadas (canceladas), líquidas reconhecidas no exercício	-	215	-	-	-	-	-	-	-	215
Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	(2.357)	-	-	(2.357)
Dividendos intercalares / distribuídos por antecipação	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.223)	(8.223)
Dividendos pagos	-	-	-	(8.121)	-	-	-	-	-	(8.121)
Constituição de reservas										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	22.797	-	-	-	(22.797)	-
Reserva legal	-	-	1.564	-	-	-	-	-	(1.564)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	21.486	-	-	(21.486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	344.601	1.814	8.656	1.945	64.631	21.486	(3.542)	6.258	-	445.849
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	24.225	24.225
Ganhos cambiais sobre investimentos no exterior	14 (a)	-	-	-	-	-	-	25.415	-	25.415
Transações com acionistas										
Transações com pagamentos baseados em ações e cancelamentos										
Opções outorgadas (canceladas), líquidas reconhecidas no exercício	26	-	(972)	-	-	-	506	-	-	(466)
Recompra de ações	25 (c)	-	-	-	-	-	(10.437)	-	-	(10.437)
Dividendos intercalares / distribuídos por antecipação	25 (d)	-	-	-	-	(21.486)	-	-	(7.924)	(29.410)
Constituição de reservas										
Reserva de incentivos fiscais	25 (b)	-	-	-	15.991	-	-	-	(15.991)	-
Reserva legal	-	-	411	-	-	-	-	-	(411)	-
Reserva de lucro	-	-	-	(182)	-	-	-	-	182	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	81	-	-	(81)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	344.601	842	9.067	1.763	80.622	81	(13.473)	31.673	-	455.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bematech S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	15.481	63.364	21.535	66.971
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	12.659	11.551	18.368	16.225
Provisões de contingências e serviços	2.986	266	2.990	265
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	4.367	5.147	7.892	8.771
Perdas com clientes/reversão de PCLD	(1.031)	272	(2.409)	1.047
Provisão para perdas com sucateamento de estoque	2.053	696	2.053	696
Provisão para participação nos resultados	1.511	6.139	1.417	8.190
Equivalência patrimonial	(12.415)	(10.706)	-	-
Reversão opções outorgadas	(815)	-	(815)	-
Despesas com juros e variação monetária e cambial	14.976	4.953	14.986	5.235
Juros e encargos financeiros	-	-	-	4.194
Baixa de ativo intangível	290	249	382	926
Baixa de ativo imobilizado	204	94	284	106
	<u>40.266</u>	<u>82.025</u>	<u>66.683</u>	<u>112.626</u>
Variações em:				
Contas a receber	(7.705)	(5.762)	(3.539)	(10.894)
Estoques	(18.571)	(205)	(17.879)	(1.841)
Impostos a recuperar	(15.750)	(16.731)	(18.173)	(19.694)
Depósitos judiciais	(883)	(2.086)	(893)	(2.086)
Demais ativos	163	(2.042)	1.054	(1.094)
Fornecedores	13.851	(595)	12.501	(1.474)
Impostos e contribuições a recolher	(862)	953	977	1.465
Demais passivos	(5.919)	(3.298)	(11.032)	(3.344)
	<u>4.590</u>	<u>52.259</u>	<u>29.699</u>	<u>73.664</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais				
Juros pagos	(8.521)	(1.010)	(8.524)	(1.011)
Impostos pagos sobre o lucro	(89)	(103)	(3.556)	(3.424)
	<u>(4.020)</u>	<u>51.146</u>	<u>17.619</u>	<u>69.229</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	13.702	7.051	-	-
Aquisição de investimento	(13.228)	(46.500)	(13.228)	(45.925)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	(828)	(4.900)	-	-
Aquisição de imobilizado	(3.992)	(4.033)	(5.775)	(4.876)
Aquisição de intangível	(9.713)	(7.367)	(13.643)	(12.262)
Pagamento <i>Escrow</i>	(1.495)	-	(1.495)	-
Caixa líquido em incorporação de controladas	-	599	-	-
	<u>(15.554)</u>	<u>(55.150)</u>	<u>(34.141)</u>	<u>(63.063)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(29.410)	(16.346)	(30.064)	(18.064)
Juros e encargos financeiros	-	-	-	(4.194)
Recompra de ações	(10.437)	(2.357)	(10.437)	(2.357)
Recursos provenientes do exercício de opções de ações	347	217	347	217
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(8.238)	(8.458)	(8.327)	(9.984)
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	21.694	16.506	21.694	16.610
Emissão de debêntures	-	49.242	-	49.242
Pagamentos de debêntures	(7.466)	-	(7.466)	-
	<u>(33.510)</u>	<u>38.804</u>	<u>(34.253)</u>	<u>31.470</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento				
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	4.369	973
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(53.084)	34.800	(46.406)	38.609
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>99.411</u>	<u>64.611</u>	<u>117.519</u>	<u>78.910</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>46.327</u>	<u>99.411</u>	<u>71.113</u>	<u>117.519</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Bematech S.A. (a seguir denominada “Controladora” ou “Companhia”), sediada na Avenida Rui Barbosa, 2.529, em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, e suas controladas, têm como atividades principais a industrialização, comercialização, intermediação de vendas, importação, exportação, projeto, desenvolvimento, representação, distribuição e locação de equipamentos elétricos, eletrônicos e eletromecânicos e suas partes e peças; o desenvolvimento, representação, distribuição e locação de *softwares*; licenciamento e cessão de direito de uso de programas de *softwares*, a comercialização de suprimentos para equipamentos de informática; a prestação de serviços de assistência técnica, assessoria, treinamento e projetos de informatização; a exploração de franquias de produtos e de serviços, bem como a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de março de 2016.

Reorganização societária (Valores em Reais)

Conforme fato relevante divulgado em 14 de agosto de 2015, TOTVS S.A. e Bematech S.A. celebraram Protocolo e Justificação, tendo por objeto a reorganização societária que resultou (a) na titularidade, por TOTVS, da totalidade das ações de emissão de Bematech; e (b) assumindo que o capital total de Bematech esteja representado, na data da consumação da Reorganização, por 49.990.870 ações ordinárias, ex-tesouraria, no recebimento, pelos acionistas de Bematech, para cada ação de emissão de Bematech de que sejam proprietários na data em que se consumou a Reorganização, (i) de 0,043421048 ação ordinária de emissão de TOTVS e (ii) de R\$ 9,35, ex-dividendos declarados nesta data pela Bematech. A composição do valor atribuído por ação ordinária da Bematech, resultou da soma dos valores indicados nos itens (i) e (ii), considerou um valor por ação da Bematech de R\$11,00, depois da distribuição dos dividendos mencionados acima, e um valor por ação da TOTVS de R\$ 38,00.

Em Assembleias Extraordinárias, realizadas no dia 3 de setembro de 2015, os acionistas da Bematech S.A. e TOTVS S.A. aprovaram os termos e condições do referido Protocolo e Justificação, cuja consumação estava sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

Em 6 de outubro de 2015 foi publicada decisão da Superintendência Geral do CADE aprovando a incorporação das ações da Bematech pela TOTVS.

Em 22 de outubro de 2015 foi emitida a certidão de Decurso de Prazo e consumação da Reorganização Societária.

Em 31 de dezembro de 2015, a titularidade da totalidade das ações emitidas pela Bematech S.A. pertence a TOTVS S.A.

Em 23 de dezembro de 2015, a Bematech protocolou junto a Comissão de Valores Mobiliários, o pedido de fechamento de seu capital.

Em 16 de fevereiro de 2016, a Comissão de Valores Mobiliários promoveu o deferimento do cancelamento de registro de companhia aberta em nome da Bematech.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards -IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas, de forma geral, utilizando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Bematech, no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

a. *Demonstrações financeiras individuais*

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2015, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards -IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b. *Demonstrações financeiras consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards -IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

a. Controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais o Grupo detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos, devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras individuais de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que os mesmos deixam de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Moeda funcional	Controle	Participação%	
			31/12/2015	31/12/2014
Bematech Internacional Corp.(a)	Dólar	Direto	100	100
Logic Controls, Inc (a)	Dólar	Indireto	100	100
FICE - Bematech Foshan Shunde Ltd. (a)	Dólar	Indireto	100	100
Bematech Ásia Co.Ltd.	Dólar	Direto	100	100
Bematech Argentina S.A. (b)	Peso argentino	Direto/Indireto	100	100
CM Net Soluções em Informática e Agência de Viagens e Turismo S.A.	Real	Direto	100	100
CM Net Participações S.A. (d)	Real	Direto	100	100
CM Net Espanha (d)	Euro	Indireto	100	100
CM DIR - Soluções Informática, Lda - Portugal (d)	Euro	Indireto	100	100
CM Soluciones - Argentina (d)	Peso argentino	Direto	100	100
CM Soluciones - Chile (d)	Peso chileno	Indireto	100	100
M isterchef Sistemas de Automação Ltda.	Real	Direto	100	100
RJ Participações S.A. (c)	Real	Direto	100	100
R.J. Consultores en Sistemas de Información S.C. (c)	Peso mexicano	Indireto	100	100
R.J. Consultores e Informática Ltda. (c)	Real	Indireto	100	100

- (a) A Bematech Internacional Corp. detém 100% da participação do capital social da Logic Controls, sendo esta detentora de 100% da FICE - Bematech Foshan;
- (b) A participação no capital desta empresa é distribuída entre a Bematech S.A. (95%) e Bematech Internacional Corp. (5%);
- (c) A RJ Participações S.A. detém 100% da participação do capital social da RJ Consultores en Sistemas de Información S.C. e RJ Consultores e Informática Ltda.;
- (d) A CMNet Participações S.A. detém 100% da participação do capital social da CMNet Espanha, CMDIR - Soluções Informática, Lda - Portugal, CM Soluciones - Chile e CM Soluciones - Argentina.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b. Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e de moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

b. Transações e saldos

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações com moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, com exceção aos ganhos e perdas cambiais de investimentos, os quais são apresentados na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" no Patrimônio Líquido.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas pelas taxas médias do exercício.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no Patrimônio Líquido.

Se aplicável, quando uma operação no exterior é alienada, o valor pertinente da conversão registrado na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber ou a pagar, de uma operação no exterior cuja liquidação não tenha sido nem planejada, nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível e cuja essência seja considerada como fazendo parte do investimento líquido na operação no exterior, são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Estas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras individuais da Controladora ou da subsidiária.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes” (notas 2.4 e 2.6) e “Caução contratual”.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de que os ativos financeiros ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment*, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado da demonstração, individual e consolidada. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para realizar o teste de *impairment* é a taxa de juros efetiva determinada no contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada a partir da diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo (valor faturado, líquido dos respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários) e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD").

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio Ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

2.8 Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da:

- (i) contraprestação transferida;
- (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e;
- (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente, medida pelo valor justo, seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Gastos com desenvolvimento de produtos e projetos internos

Até 30 de setembro de 2015, os ativos intangíveis gerados internamente eram reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento, desde que demonstrados os seguintes aspectos:

- (i) Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda;
- (ii) Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo;
- (iii) Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos futuros;
- (iv) Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros para a conclusão do ativo intangível; e
- (v) Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Estes ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados de acordo com os respectivos prazos de vida útil, conforme descrito na nota 16.

A partir de 1º de outubro de 2015, estes gastos passaram a ser reconhecidos como despesas do exercício.

c. Demais ativos intangíveis

Demais ativos intangíveis que se referem à licença de uso de *software*, marcas e patentes, sistemas aplicativos, carteira de clientes e direitos de uso de *software* e que foram adquiridos pela Companhia, são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Aqueles que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis. A amortização é calculada utilizando o método linear durante a vida útil esperada (nota 16).

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 15 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Abaixo quadro com vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Ferramentas	5
Imobilizado em comodato	3
Outros	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, anualmente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Outras adições são capitalizadas apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de dispêndio, quando incorrido, é reconhecido no resultado.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa UGCs). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Debêntures, empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço, dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações estabelecendo provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetava o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas em exercícios futuros.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.15 Benefícios a empregados

a. Participação nos resultados

Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos resultados, é reconhecida em "Provisão para participação nos lucros". O reconhecimento dessa participação é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

b. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas, a partir do valor justo dos instrumentos patrimoniais, na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos, com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer, também, a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade, rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 27. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o exercício em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.16 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

Quando a Companhia adquire ações em tesouraria, o valor pago é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou alienadas.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita da venda no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

a. Venda de produtos

A receita de *hardware* é reconhecida quando existe evidência, confiável, de que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável a concessão de descontos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

b. Venda de serviços e software

As receitas de serviços prestados e de *software* são reconhecidas no resultado com base no estágio de conclusão do serviço e/ou desenvolvimento do *software*.

2.18 Subvenção governamental

A subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, com a finalidade de dar suporte financeiro imediato, o que ocorre no momento da sua apuração e atende as condições do CPC 07/ IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Com base no Decreto Estadual n.º 1.922/2011, estabelecimentos industriais fabricantes de produtos de informática e automação, que atendam ao dispositivo na Lei Federal n.º 8.248/1991 (Lei da Informática), com relação ao PPB - Processo Produtivo Básico, possuem concessão de crédito presumido de ICMS equivalente a alíquota prevista na respectiva operação de saída dos bens arrolados no mesmo Decreto.

Tal crédito é a título de subvenção para investimento, ficando condicionado a que a Companhia:

- (a) Possua as publicações em Portaria Interministerial (Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia);
- (b) Realize investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do inciso II, do §2 do Art. 1 do Decreto Estadual n.º 1.922/2011.

2.19 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variações cambiais ativas, descontos obtidos e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial, quando incorridas, reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais passivas, descontos contratuais concedidos, despesas e tarifas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são declarados pelo Conselho de Administração.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos intercalares, quando distribuídos, são registrados como redução dos lucros acumulados, até a destinação do resultado do exercício.

O saldo do lucro líquido remanescente permanece no dividendo adicional proposto no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos Acionistas.

2.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A nova norma abaixo será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.22 Obrigação por aquisição de investimento

O valor justo da contraprestação contingente de uma aquisição de negócios é calculado utilizando-se o "income approach," baseado nos valores esperados de pagamento e nas probabilidades associadas à realização desses pagamentos. Quando apropriado, o valor é descontado ao valor presente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, em relação às últimas demonstrações financeiras anuais.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem divergir dos respectivos resultados reais. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e os impactos provenientes das revisões dessas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as mesmas ocorrem e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a. Perda (*impairment*) do ágio

As estimativas e premissas referentes às informações sobre julgamentos críticos relacionados às políticas contábeis que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que podem causar ajustes relevantes nos valores contábeis para o próximo exercício social, concentram-se basicamente, na perda (*impairment*) estimada do ágio. Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e efetuados com base em estimativas (nota 16). Para fins do teste de *impairment* do ágio, as UGCs foram definidas como sendo os segmentos reportáveis da Companhia, ou seja, Varejo, *Hospitality*, *Food service* e Canais & Ofertas *Cross*.

b. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera ser beneficiadas pelas sinergias da combinação.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38/ IAS 39.

Participações de não controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia utiliza o método de aquisição antecipada para mensurar a participação de não controladores na adquirida, quando houver opções de venda emitidas (“*PUT*”). Considera-se que a opção de venda já tivesse sido exercida ou o contrato de aquisição futura tiver sido cumprido pelo acionista não controlador.

Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste foi feito no ágio por rentabilidade futura (“*Goodwill*”) e nenhum ganho ou perda foi reconhecido no resultado do exercício.

Obrigações por opções de compra de participação de não-controladores (“PUT”)
Reconhecidas quando da provável aquisição do controle de subsidiárias e mensuradas, inicialmente, pelo valor presente do preço de exercício da opção e, subsequentemente, pela atualização do valor presente e/ou variação das premissas definidoras do preço de exercício da opção.

Opções de compra de participação de não-controladores (“CALL”)
Reconhecidas quando da aquisição do controle de subsidiárias e mensuradas, inicialmente e subsequentemente, (tendo por contrapartida o resultado do exercício) ao valor justo.

Dividendos futuros de não-controladores
Reconhecidos quando da aquisição do controle de subsidiárias e mensurados, inicialmente pelo valor presente do montante mínimo a ser desembolsado no futuro.

3.2 Julgamentos contábeis críticos

a. Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui subvenção governamental de ICMS concedida pelo Governo Estadual do Paraná, sem amparo em convênio do Confaz. Todavia, os princípios da segurança jurídica e da moralidade administrativa, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia - os quais emitiram parecer sobre o tema - impõem considerar que, na eventualidade de serem declarados inválidos pelos tribunais pátrios, os órgãos concedentes têm adotado, historicamente, a providência de convalidá-los, não havendo, portanto, passivo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

4 Combinação de negócios

Rj Participações S.A.

Em janeiro de 2014, a Bematech adquiriu a participação de 60% do capital social e o controle da empresa RJ Participações S.A. (RJ). Parte do montante foi pago à vista e o saldo remanescente foi liquidado durante o primeiro trimestre de 2015.

O contrato de compra e venda da aquisição da RJ prevê também uma opção de compra (“CALL”) detida pela Companhia e uma opção de venda (“PUT”) pelos detentores dos 40% remanescentes, com intuito de finalizar a aquisição de 100% da RJ. Em virtude dessa cláusula, a Companhia registrou o equivalente ao valor presente do preço do exercício da opção de venda (“PUT”) na determinação da contraprestação paga, considerando a utilização do método de aquisição antecipada (“*Anticipated Acquisition Method*”). O referido método, o qual a Administração entende ser o mais adequado, permite registro do montante equivalente ao valor presente do preço do exercício da “PUT” como um passivo financeiro, na rubrica da aquisição de controladas, em contrapartida ao ágio gerado na transação. Também foram incluídos na contraprestação contingente, o valor presente dos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos detentores da participação remanescente (40%) durante o período de *vesting* da opção (“PUT”).

O quadro a seguir resume a contraprestação paga e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da **aquisição**:

		RJ Participações
Caixa pago à vista em 13 de janeiro de 2014		16.500
Contraprestação contingente		14.201
Contraprestação contingente pela adoção do método de aquisição antecipada para os 40% remanescentes		23.694
Total da contraprestação (A)		54.395
Valores justos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos		
Caixa e equivalente de caixa		4
Contas a receber		512
Investimentos		21
Imobilizado		25
Outros intangíveis		120
Carteira de clientes		15.190
Software		1.292
Salários e encargos		(225)
Impostos e contribuições		(236)
Outros passivos		(76)
Tributos diferidos passivos		(5.605)
Total de ativos/passivos líquidos identificáveis		11.022
Parcela de ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos (B)	100%	11.022
Ágio (A) - (B)		43.373
Total parcela de ativos líquidos adquiridos + ágio + passivos assumidos		54.395

Unum Tecnologia e Consultoria em Informática Ltda.

Em julho de 2014, a Bematech adquiriu 100% do capital social da UNUM Tecnologia e Consultoria em Informática Ltda., posteriormente denominada Bematech Gestão, pelo montante de R\$ 40.000. Deste valor R\$ 25.000 foram pagos à vista, R\$ 5.000 foram retidos em uma aplicação financeira bloqueada, como caução contratual - “Escrow Account” (vide nota 11) e os R\$ 10.000 remanescente serão pagos em julho de 2017, atualizado pela variação do IGPM/FGV - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, desde que as obrigações contratuais pactuadas entre as partes sejam cumpridas. O passivo financeiro relacionado à contraprestação contingente, corresponde ao valor presente do montante mencionado acima.

Em virtude da incorporação da UNUM Tecnologia e Consultoria em Informática Ltda., em 1º de dezembro de 2014, os valores referentes ao investimento encontram-se no intangível.

O quadro a seguir apresenta o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, na data da **aquisição**:

		UNUM
Caixa		30.000
Contraprestação contingente		8.631
Total da contraprestação (A)		38.631
Valores justos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos		
Caixa e equivalente de caixa		664
Contas a receber		361
Imobilizado		435
Intangível		39
Carteira de clientes		3.352
<i>Software</i>		6.136
Fornecedores		(113)
Salários e encargos		(600)
Impostos e contribuições		(144)
Outros ativos e passivos		(155)
Tributos diferidos passivos		(3.226)
Total de ativos/passivos líquidos identificáveis		6.749
Parcela de ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos (B)	100%	6.749
Ágio (A) - (B)		31.882
Total parcela de ativos líquidos adquiridos + ágio + passivos assumidos		38.631

5 Gerenciamento do risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar a aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram fatos ou situações de mercado que possam impactar os instrumentos financeiros e gestão de risco da Companhia daquelas apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia não opera e não operou com instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados.

Análise de Sensibilidade Cambial

Com a finalidade de apresentar a exposição cambial da Companhia, de acordo com a Instrução CVM nº. 475/2008, definimos o cenário provável como R\$ 19.852 (consolidado) e a partir desse foram calculadas variações de 25% e 50% para mais e para menos.

<u>Operação - Consolidado</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenários</u>			
			<u>Perda (redução)</u>		<u>Ganho (aumento)</u>	
			<u>-25%</u>	<u>-50%</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>
Exposição cambial	Dólar	17.315	(4.329)	(8.658)	4.329	8.658
Exposição cambial	Peso Mexicano	735	(184)	(368)	184	368
Exposição cambial	Euro	1.802	(451)	(901)	451	901

5.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, cauções contratuais, empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), para financiamentos e CDI (Certificado de Depósitos Interbancários) para aplicações financeiras e debêntures.

a. Ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras a que a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para o mês de dezembro de 2015, cuja média foi de 14,14% a.a. e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme art. 3º, § 2º, incisos I, II e III, da Instrução CVM nº. 475/2008.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando para o restante do exercício e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operação - Consolidado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário: Perda</u>	
				<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Aplicações financeiras		Redução			
Taxa sujeita à variação		CDI	14,14%	10,61%	7,07%
Posição em 31/12/2015	51.236		7.245	5.434	3.622

b. Passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas a que a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 3 cenários diferentes, vinculados à variação da TJLP, CDI e UMBND. Com base em dados divulgados por instituições financeiras, foi obtida a taxa para o exercício de 2015, conforme apresentado a seguir:

Operação - Consolidado	Saldo contábil	Risco	Cenário provável	Cenário: Perda	
				+25%	+50%
Financiamentos BNDES (Prosoft e Inovação)		Aumento			
Taxa sujeita à variação		TJLP	7% a.a.	8,75%	10,50%
Posição em 31/12/2015	23.461		1.642	2.053	2.463
Debêntures a Pagar		Aumento			
Taxa sujeita à variação		CDI	14,14% a.a.	17,68%	21,21%
Posição em 31/12/2015	45.384		6.417	8.022	9.626
Financiamentos - BNDES (Internacionalização)		Aumento			
Taxa sujeita à variação		UMBND (*)	45% a.a.	56,25%	67,50%
Posição em 31/12/2015	2.380		1.071	1.339	1.607

(*) UMBND - Unidade Monetária BNDES

5.3 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado, a fim de garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se, como prática, uma posição de capital segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Total do passivo	216.915	220.986
Caixa e equivalentes de caixa (-)	(71.113)	(117.519)
	145.802	103.467
Total do patrimônio líquido	455.176	445.849
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,32	0,23

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	71.113	117.519
Empréstimos e financiamentos (-)	(41.933)	(26.939)
Debêntures (-)	(45.384)	(52.528)
(Déficit) Superávit de caixa	(16.204)	38.052

5.4 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

	Controladora			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	46.327	99.411	46.327	99.411
Contas a receber, líquidas	77.636	74.756	77.636	74.756
Cauções contratuais	7.479	8.102	8.799	12.122
Total	131.442	182.269	132.762	186.289
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	41.914	26.836	48.002	37.284
Debêntures a pagar	45.384	52.528	58.483	69.193
Fornecedores	45.908	24.785	45.908	24.785
Comissões a pagar	377	926	377	926
Total	133.583	105.075	152.770	132.188
Outras obrigações				
Obrigações para aquisições de investimentos	36.207	50.230	36.783	50.230
Total	36.207	50.230	36.783	50.230
	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	71.113	117.519	71.113	117.519
Contas a receber, líquidas	91.204	91.824	91.204	91.824
Cauções contratuais	7.479	8.102	8.799	12.122
Total	169.796	217.445	171.116	221.465
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	41.933	26.939	48.021	37.490
Debêntures a pagar	45.384	52.528	58.483	69.193
Fornecedores	46.410	25.916	46.410	25.916
Comissões a pagar	383	1.074	383	1.074
Total	134.110	106.457	153.297	133.673
Outras obrigações				
Obrigações para aquisições de investimentos	36.207	50.280	42.653	50.280
Total	36.207	50.280	42.653	50.280

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros, que não estão vencidos ou comprometidos (*impaired*), pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Corporativo	21.886	36.816
Distribuidor logístico	35.242	26.405
Revendas	22.507	21.601
Cliente final	6.821	5.213
Internacional	4.748	1.789
Total	91.204	91.824

O valor compreendido na linha do Corporativo é formado por uma carteira de grandes clientes, onde o risco de crédito é baixo. Na linha chamada Distribuidor Logístico, a carteira é concentrada em apenas um distribuidor (CDC), sendo que o risco de crédito também é baixo. Na linha de Revendas, a Companhia tem uma carteira composta por parceiros, sendo assistências técnicas e revendedores do produto Bematech, atendendo todo o território nacional. A maioria das Revendas é de pequeno porte e em alguns casos há risco de crédito. Na linha de Cliente Final a Companhia tem uma carteira de clientes pulverizada pelo território nacional, normalmente de pequeno porte e com risco de crédito moderado. Para finalizar, a Companhia tem uma linha Internacional, onde a carteira abrange América Latina e América do Norte, onde boa parte das vendas são realizadas através de um percentual de entrada na forma de pagamento antecipado, minimizando o risco de crédito.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e varejo. Para a carteira de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com a capacidade financeira e com aval da Gerência e Diretoria Financeira. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência das contrapartes superior ao valor já provisionado.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	2.009	7.426	19.877	19.836
Aplicações financeiras - CDB	44.318	91.985	51.236	97.683
	<u>46.327</u>	<u>99.411</u>	<u>71.113</u>	<u>117.519</u>

Os certificados de depósitos bancários (CDB) e compromissada, são remunerados a taxas que variam entre 100% e 110% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras, incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis” e são baseadas na variação do CDI, com risco insignificante de mudança de valor e liquidez em prazo não superior a 90 dias.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cientes - Mercado Interno	83.043	80.129	93.766	97.062
Cientes - Mercado Externo	4.838	3.098	12.556	8.769
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.245)	(8.471)	(15.118)	(14.007)
	<u>77.636</u>	<u>74.756</u>	<u>91.204</u>	<u>91.824</u>

O período médio de crédito, na venda de produtos, é de 70 dias, exceto para determinadas vendas em que o prazo pode ser diferenciado, não ultrapassando 120 dias.

A seguir apresentamos os montantes a receber, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	74.478	69.465	82.421	77.457
Vencidos há 30 dias	2.042	2.239	4.416	6.000
Vencidos de 31 a 60 dias	575	622	1.294	1.626
Vencidos de 61 a 90 dias	261	284	705	1.339
Vencidos de 91 a 180 dias	632	970	2.018	2.581
Vencidos há mais de 181 dias	9.893	9.647	15.468	16.828
	<u>87.881</u>	<u>83.227</u>	<u>106.322</u>	<u>105.831</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.245)	(8.471)	(15.118)	(14.007)
	<u>77.636</u>	<u>74.756</u>	<u>91.204</u>	<u>91.824</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início	(8.471)	(8.348)	(14.007)	(12.009)
Complemento de provisão no período	(4.367)	(5.147)	(7.892)	(8.771)
Valores baixados da provisão	3.886	5.131	8.067	7.158
Variação cambial	(1.293)	(107)	(1.286)	(385)
Saldo	<u>(10.245)</u>	<u>(8.471)</u>	<u>(15.118)</u>	<u>(14.007)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas da Companhia e suas controladas e análise individualizada dos títulos vencidos.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	8.953	3.595	15.304	7.341
Produtos em elaboração	-	-	-	13
Matéria-prima	18.985	7.295	22.923	10.917
Produtos para revenda e outros	6.190	4.854	6.190	4.854
Peças para assistência técnica	2.536	3.289	2.536	3.289
Provisão para perdas com estoques	(2.053)	(69)	(2.548)	(406)
Adiantamento a fornecedores e importações em andamento	1.439	568	1.440	568
	<u>36.050</u>	<u>19.532</u>	<u>45.845</u>	<u>26.576</u>

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação dos itens que não possuem expectativa de utilização e venda.

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS (a)	47.972	38.469	47.972	38.469
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	3.413	60	3.413	60
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.105	4.590	5.984	7.372
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	1.907	1.242	2.179	1.243
Impostos retidos sobre serviços (c)	3.784	1.786	3.992	1.925
Outros impostos a recuperar	778	3.241	1.294	3.771
	<u>60.959</u>	<u>49.388</u>	<u>64.834</u>	<u>52.840</u>
Circulante	43.078	40.376	46.953	43.828
Não circulante	17.881	9.012	17.881	9.012
	<u>60.959</u>	<u>49.388</u>	<u>64.834</u>	<u>52.840</u>

- (a) A Companhia utiliza o benefício de ICMS para investimentos outorgado pelo Estado do Paraná, através dos Decretos 1.922/11 (Reeditado pelo Decreto 2.175/2015) e 5.375/02, os quais visam elevar o desenvolvimento de produtos com conteúdo tecnológico, desde que cumpridos os requisitos contemplados na Legislação Federal, especialmente o de realizar dispêndios em pesquisa e desenvolvimento. Há a concessão de crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos comercializados pela Companhia. A partir de setembro/2015, com a edição do Decreto 2.175/15, limitou-se o crédito presumido utilizado no final do período de apuração de modo que não exceda o total de débitos e não resulte no acúmulo de saldo credor. Do total de ICMS a recuperar, R\$ 11.962 estão classificados no não circulante. O departamento tributário da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, estão realizando estudos tributários para realização dos referidos créditos no futuro.
- (b) Refere-se a créditos tributários oriundos de saldos negativos de IRPJ e CSLL de períodos de apuração anteriores. Os créditos estão disponíveis para utilização da Companhia para compensação com demais tributos administrados pela RFB (Receita Federal do Brasil).
- (c) Refere-se à retenção de PIS - Programa de integração social, COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social, Contribuição Social retida sobre a prestação de serviços (Lei 10.833/03) e IRRF (Imposto de Renda na Fonte - Decreto nº 3.000/99).

11 Caução contratual

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caução Contratual Bematech Gestão - Unum (a)	5.754	5.175
Caução Contratual GSR7 (b)	1.725	2.927
	<u>7.479</u>	<u>8.102</u>
Circulante	1.725	2.927
Não circulante	5.754	5.175
	<u>7.479</u>	<u>8.102</u>

- (a) Refere-se a valor mantido em aplicação financeira (*Escrow Account*), oriundo da aquisição da UNUM Tecnologia e Consultoria em Informática Ltda. (posteriormente Bematech Sistemas de Gestão e Consultoria Ltda.). O saldo está aplicado em fundo de investimento de baixo risco, com referência ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A carteira do fundo é composta de títulos públicos e no máximo 50%, em crédito privado de baixo risco.
- (b) Refere-se a valor mantido em aplicação financeira (*Escrow Account*), oriundo da aquisição da GSR7 Serviços para Tecnologia da Informação S.A.. O índice de correção mensal é o Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

Apresentamos a seguir a composição dos ativos e passivos fiscais diferidos, conforme definido no parágrafo 74 do pronunciamento CPC 32/ IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda e contribuição social - Ativo				
Prejuízo fiscal total	26.361	18.521	26.361	18.521
(-) Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(6.154)	(7.693)	(6.154)	(7.693)
Base negativa total	8.975	6.668	8.975	6.668
(-) Base negativa sem constituição de imposto diferido	(2.309)	(3.199)	(2.309)	(3.199)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	117	2.880	193	3.778
Provisão para perdas nos estoques	698	29	698	29
Provisão para contingências	6.782	6.158	6.831	6.207
Provisão para garantias	1.843	1.096	1.843	1.096
Provisão para custos de serviços	507	1.231	507	1.231
Provisão participação nos resultados	32	2.064	68	2.644
Ágio gerado em aquisições de empresas	36	36	36	36
Amortizações de carteiras - ativo intangível CPC 4	3.294	2.405	3.294	2.405
Ajuste a valor presente - AVP	787	41	787	41
Demais saldos ativos e passivos	255	847	325	846
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>41.224</u>	<u>31.084</u>	<u>41.455</u>	<u>32.610</u>
Imposto de renda e contribuição social - Passivo				
Imposto de renda e contribuição social sobre amortização de gastos com desenvolvimento de novos produtos	(3.585)	(2.972)	(3.585)	(2.912)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias de amortização de ágio gerado na aquisição de empresas incorporadas e respectivo <i>impairment</i>	(26.362)	(24.194)	(26.362)	(24.194)
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos alocados por aquisição de investimento em combinação de negócios	(4.241)	(4.241)	(4.241)	(4.241)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(34.188)</u>	<u>(31.407)</u>	<u>(34.188)</u>	<u>(31.347)</u>
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	7.036	-	7.267	1.586
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	(323)	-	(323)

b. Período estimado de realização

A composição, por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, é a seguinte:

	Consolidado
	31/12/2015
2016	12.798
2017	8.959
2018	6.271
2019	4.390
2020 em diante	9.037
	41.455

A Companhia considera que os ativos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção do resultado da resolução final das contingências e dos demais eventos.

c. Conciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal e a despesa tributária no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes de impostos	15.481	63.364	21.535	66.971
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(5.264)	(21.544)	(7.322)	(22.770)
(Adições) Exclusões:				
Adições/Exclusões Permanentes	(1.060)	(796)	(937)	121
Depreciação Veículos	(9)	(9)	(9)	(9)
Perda por Incobrável - PCLD - Operações Liquidadas	(9)	(6)	(9)	(6)
Doações e Subvenções p/ Investimento	5.437	8.110	5.437	8.110
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.286	4.851	5.286	4.851
Atualização Valor Justo	474	-	473	-
Incentivo Fiscal (PAT, Patrocínio, Doação etc)	-	100	47	118
Ajuste Exercício Anterior (a)	487	-	487	-
PF/BN utilizados no REFIS Lei 12.996	236	-	236	-
PF/BN utilizados no PRORELIT CMNET MP 685	661	-	661	-
Adições/Exclusões Temporárias sem constituição do diferido	163	-	163	-
IRPJ diferido sobre Prejuízo Fiscal constituído proporcionalmente às parcelas do ágio excluído em 2013	1.693	-	1.693	-
CSLL diferida sobre Base Negativa constituída proporcionalmente às parcelas do ágio excluído em 2013	649	-	649	-
Efeito IRPJ/CSLL Apuração Lucro Presumido - Empresas Controladas	-	-	(4.165)	(3.316)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.744	(9.294)	2.690	(12.901)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.257	(3.396)	6.891	(2.604)
Imposto de renda e contribuição social correntes	487	(5.898)	(4.201)	(10.297)
Total despesa com imposto de renda e contribuição social	8.744	(9.294)	2.690	(12.901)

Lei 12.973/14 (antiga Medida Provisória nº 627)

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014, considerando seus efeitos somente em 2015.

Em 2015 a Companhia, com base nas premissas da Lei nº 12.973/14, efetuou ajustes na sistemática de cálculo do IRPJ e da CSLL, passando a apresentar os ajustes do Regime Tributário de Transição (RTT) não mais como itens neutralizados antes da efetiva escrituração do LALUR, mas sim como itens que passam a compor o saldo líquido de adições/exclusões dentro do mesmo.

Os valores registrados na linha de IRPJ e CSLL na controladora, referem-se a ajustes efetuados no Ano Calendário corrente, porém referem-se substancialmente ao recálculo da apuração do IRPJ e CSLL do Ano Calendário de 2014 (Exclusão dos dispêndios com Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Lei 11.196/2005).

13 Transações com partes relacionadas

a. Controladas e Coligadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, podem ser assim demonstrados.

	Patrimonial		Resultado		
	Valores a receber	Fornecedores	Vendas para Controladora	Compras da Controladora	Reembolso de despesas
Em 31 de dezembro de 2015					
Logic Controls Inc.	269	24	-	380	-
RJ Participações	20	-	-	-	240
CMNet Soluções em Informática e Agência de Viagens e Turismo S.A.	661	-	430	-	-
CMNet Participações S.A.	860	-	-	-	-
Bematech Asia Co. Ltda.	-	1.270	-	2.826	-
Totais	1.810	1.294	430	3.206	240
Em 31 de dezembro de 2014					
Logic Controls Inc.	-	18	504	504	-
RJ Participações	20	-	-	-	220
Bematech Asia Co. Ltda.	-	1.217	-	-	-
Totais	20	1.235	504	504	220

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos Administradores para o exercício corrente, líquida de encargos incidentes, no montante de R\$ 7.670, foi aprovada na 24ª Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2015.

As despesas incorridas no exercício, com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia, são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração e benefícios dos Administradores	4.421	5.837	4.972	6.828
Encargos sociais sobre remuneração	824	1.398	901	1.470
Remuneração com base em ações	-	1	-	1
Benefícios pós-emprego	-	7	-	7
	5.245	7.243	5.873	8.306

14 Investimentos

a. Investimento em controladas

Razão Social	% Partic.	Controladas		Equivalência patrimonial na controladora						Investimentos na controladora					
		a descoberto	Resultado do período	Equivalência Patrimonial		Amortização de carteiras de clientes e software (*)		Total de equivalência patrimonial		Valor do investimento		Ágio e carteira de clientes e software		Total do investimento	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bematech International Corp.	100%	78.705	1.157	1.157	4.075	-	-	1.157	4.075	78.705	52.656	-	-	78.705	52.656
Bematech Ásia Co. Ltd.	100%	2.595	56	56	300	-	-	56	300	2.595	1.922	-	-	2.595	1.922
Bematech Argentina S.A.	95%	-	6	6	(1)	-	-	6	(1)	-	-	-	-	-	-
Misterchef Sistema de Automação Ltda.	100%	4.466	4.356	4.356	2.727	-	(1.286)	4.356	1.441	4.466	110	19.009	19.009	23.475	19.119
CMNET Participações S.A.	100%	(456)	(616)	(616)	(496)	(60)	(60)	(676)	(556)	-	-	3.717	3.778	3.717	3.778
CMNET Soluções em Informática e Agência de Viagem e Turismo Ltda.	100%	11.548	4.759	4.759	1.448	(1.898)	(612)	2.861	836	11.548	14.361	77.986	79.884	89.534	94.245
Bematech Sistemas de Gestão e Consultoria Ltda. - Unum	100%	-	-	-	(830)	-	(430)	-	(1.260)	-	-	-	-	-	-
RJ Participações S.A.	100%	3.857	5.828	5.828	7.044	(1.173)	(1.173)	4.655	5.871	3.857	1.177	51.904	53.077	55.761	54.254
Total Controladora		100.715	15.546	15.546	14.267	(3.131)	(3.561)	12.415	10.706	101.171	70.226	152.616	155.748	253.787	225.974

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Movimentação dos saldos de investimentos e passivo a descoberto		
Saldo anterior	225.561	162.084
Equivalência patrimonial (*)	12.415	10.706
Variações cambiais	25.415	6.281
Dividendos propostos/ recebidos	(10.887)	(12.569)
Adiantamento para futuro aumento de capital	827	4.900
Aquisição de investimentos - RJ e Bematech Gestão	-	54.887
Incorporação Bematech Gestão	-	(728)
	253.331	225.561
Saldo de investimentos	253.787	225.974
Perdas com sociedades controladas	(456)	(413)
Saldo	253.331	225.561

(*) Em 2014, as amortizações de carteira de clientes e *software* das controladas eram classificadas no grupo de outras despesas e receitas operacionais, portanto não compõem o saldo de equivalência patrimonial do exercício.

Para a controlada que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída provisão para perdas no valor de R\$ 456, apresentada no passivo não circulante.

15 Imobilizado

a. Controladora

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Ferramentas	Imobilizado em Comodato	Outros	Imobilizado reservado para comodato	Total do ativo imobilizado
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.336	8.138	2.420	3.754	7.696	715	-	25.059
Adições	338	1.005	116	243	2.081	4	246	4.033
Incorporação	162	187	48	-	-	5	-	402
Transferência	-	-	-	-	104	-	(104)	-
Alienações e baixas	-	(89)	(5)	-	-	-	-	(94)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.836	9.241	2.579	3.997	9.881	724	142	29.400
Adições	109	319	18	605	1.298	-	1.643	3.992
Crédito Pis/Cofins	(16)	(67)	(9)	(81)	(601)	-	(93)	(867)
Transferência	(34)	(143)	(28)	-	1.261	-	(1.261)	(205)
Alienações e baixas	(176)	(41)	(20)	-	-	(299)	-	(536)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.719	9.309	2.540	4.521	11.839	425	431	31.784
Depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(1.637)	(5.145)	(1.248)	(2.848)	(4.427)	(456)	-	(15.761)
Depreciação no exercício	(284)	(902)	(266)	(291)	(1.823)	(82)	-	(3.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(1.921)	(6.047)	(1.514)	(3.139)	(6.250)	(538)	-	(19.409)
Depreciação no exercício	(203)	(905)	(255)	(313)	(2.075)	(56)	-	(3.807)
Transferências	34	143	28	-	-	-	-	205
Alienações e baixas	41	37	11	-	-	243	-	332
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(2.049)	(6.772)	(1.730)	(3.452)	(8.325)	(351)	-	(22.679)
Saldo remanescente								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	915	3.194	1.065	858	3.631	186	142	9.991
Saldos em 31 de dezembro de 2015	670	2.537	810	1.069	3.514	74	431	9.105
Taxa média de depreciação anual	4%	10%	10%	20%	33%	20%		

b. Consolidado

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Ferramentas	Imobilizado em comodato	Outros	Imobilizado reservado para comodato	Total do ativo imobilizado
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.284	12.262	3.659	4.226	7.696	1.143	-	31.270
Adições	340	1.743	186	276	2.081	4	246	4.876
Efeito cambial	5	128	20	133	-	5	-	291
Aquisição de controlada / coligada	170	308	61	-	-	5	-	544
Transferências	(2)	2	-	-	104	-	(104)	-
Alienações e baixas	-	(92)	(8)	-	-	(30)	-	(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.797	14.351	3.918	4.635	9.881	1.127	142	36.851
Adições	1.217	779	231	605	1.298	2	1.643	5.775
Crédito Pis/Cofins	(16)	(67)	(9)	(81)	(601)	-	(93)	(867)
Efeito cambial	20	567	132	524	-	59	-	1.302
Transferências	(34)	(143)	(28)	-	1.261	-	(1.261)	(205)
Alienações e baixas	(230)	(72)	(85)	-	-	(363)	-	(750)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.754	15.415	4.159	5.683	11.839	825	431	42.106
Depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(1.645)	(6.982)	(1.737)	(3.418)	(4.426)	(634)	-	(18.842)
Depreciação no exercício	(314)	(1.480)	(407)	(432)	(1.823)	(99)	-	(4.555)
Efeito cambial	(3)	(43)	(12)	(103)	-	1	-	(160)
Aquisição de controlada / coligada	(2)	(81)	(2)	-	-	-	-	(85)
Transferências	1	(1)	-	-	-	-	-	-
Alienações e baixas	-	1	1	-	-	22	-	24
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(1.963)	(8.586)	(2.157)	(3.953)	(6.249)	(710)	-	(23.618)
Depreciação no exercício	(302)	(1.492)	(414)	(502)	(2.074)	(73)	-	(4.857)
Efeito cambial	(12)	(309)	(69)	(448)	-	(24)	-	(862)
Transferências	34	143	28	-	-	-	-	205
Alienações e baixas	41	119	14	-	-	292	-	466
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(2.202)	(10.125)	(2.598)	(4.903)	(8.323)	(515)	-	(28.666)
Saldo remanescente								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	834	5.765	1.761	682	3.632	417	142	13.233
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.552	5.290	1.561	780	3.516	310	431	13.440
Taxas médias de depreciação anual	4%	10%	10%	20%	33%	20%		

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia efetuou análises e não identificou indicadores de que os ativos pudessem não serem realizados, conseqüentemente, não foi necessária provisão para redução ao valor recuperável de ativos imobilizados.

16 Intangível

a. Controladora

	Ágio	Gastos com desenvolvimento de produtos - Em andamento	Gastos com desenvolvimento de produtos - Concluído	Custos de Desenvolvimento de projetos internos	Licença de uso de software	Carteira de clientes	Marcas e Patentes	Total do ativo intangível
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	93.339	14.871	44.620	19.328	10.710	-	403	183.271
Adições	-	6.362	2	534	422	-	47	7.367
Aquisição de controlada / coligada	31.881	-	-	-	4.050	2.213	-	38.144
Incorporação	-	-	-	-	309	-	4	313
Transferências	-	(4.511)	4.423	88	-	-	-	-
Alienações e baixas	-	(25)	-	(222)	-	-	(2)	(249)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	125.220	16.697	49.045	19.728	15.491	2.213	452	228.846
Adições	-	9.122	9	269	192	-	121	9.713
Transferências	-	(11.108)	10.923	457	(272)	-	-	-
Alienações e baixas	-	(230)	-	(60)	-	-	-	(290)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	125.220	14.481	59.977	20.394	15.411	2.213	573	238.269
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(22.079)	-	(33.624)	(11.521)	(7.282)	(94)	(94)	(74.694)
Amortização no exercício	-	-	(4.897)	(1.659)	(1.292)	(19)	(36)	(7.903)
Incorporação	-	-	-	-	(338)	(92)	-	(430)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(22.079)	-	(38.521)	(13.180)	(8.912)	(205)	(130)	(83.027)
Amortização no exercício	-	-	(6.149)	(804)	(1.638)	(221)	(40)	(8.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(22.079)	-	(44.670)	(13.984)	(10.550)	(426)	(170)	(91.879)
Saldo remanescente								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	103.141	16.697	10.524	6.548	6.579	2.008	322	145.819
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.141	14.481	15.307	6.410	4.861	1.787	403	146.390
Taxa média de amortização anual	Indefinida	N/A	20%	20%	20%	10%	20%	

b. Consolidado

	Ágio	Gastos com desenvolvimento de produtos - Em andamento	Gastos com desenvolvimento de produtos - Concluído	Custos de Desenvolvimento de projetos internos	Licença de uso de software	Carteira de clientes	Marcas e Patentes	Total do ativo intangível
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	220.925	16.663	44.620	19.234	17.443	6.279	1.867	327.031
Adições	9	9.128	2	534	994	-	1.595	12.262
Efeito cambial	3.618	-	-	-	(1)	-	501	4.118
Aquisição de controlada	75.366	-	-	-	4.902	12.238	-	92.506
Incorporação	-	-	-	-	36	-	4	40
Transferências	-	(4.506)	4.423	88	(5)	-	-	-
Alienações e baixas	(120)	(533)	-	(222)	-	-	(51)	(926)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	299.798	20.752	49.045	19.634	23.369	18.517	3.916	435.031
Adições	-	11.096	9	269	882	-	1.387	13.643
Efeito cambial	14.407	-	-	-	3	-	1.938	16.348
Transferências	-	(15.414)	15.231	457	(272)	-	(2)	-
Alienações e baixas	-	(280)	-	(60)	(5)	-	(804)	(1.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	314.205	16.154	64.285	20.300	23.977	18.517	6.435	463.873
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(27.637)	-	(33.622)	(11.521)	(8.531)	(2.355)	(660)	(84.326)
Amortização no exercício	-	-	(4.897)	(1.659)	(2.544)	(2.459)	(111)	(11.670)
Transferências	(88)	-	-	-	-	-	(126)	(214)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(27.725)	-	(38.519)	(13.180)	(11.075)	(4.814)	(897)	(96.210)
Amortização no exercício	-	-	(6.876)	(805)	(2.610)	(2.570)	(650)	(13.511)
Efeito cambial	(355)	-	-	-	(2)	-	(527)	(884)
Alienações e baixas	-	-	-	-	4	-	763	767
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(28.080)	-	(45.395)	(13.985)	(13.683)	(7.384)	(1.311)	(109.838)
Saldo remanescente								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	272.073	20.752	10.526	6.454	12.294	13.703	3.019	338.821
Saldos em 31 de dezembro de 2015	286.125	16.154	18.890	6.315	10.294	11.133	5.124	354.035
Taxa média de amortização anual	Indefinida	N/A	20%	20%	20%	10%	20%	

O montante de gastos com pesquisas reconhecido como despesa durante o exercício totalizou R\$ 9.058 (R\$ 6.357 em 31 de dezembro de 2014).

c. Composição do ágio - Consolidado

	Saldo em 2013	Adição	Saldo em 2014	Adição	Saldo em 2015
GSR7 Serviços para Tecnologia da Informação S.A.	10.601	-	10.601	-	10.601
Tecnologia de Gerência Comercial S.A. (GEMCO)	47.393	-	47.393	-	47.393
CMNET Soluções em Informática e Agência de Viagens e Turismo Ltda.	73.088	-	73.088	-	73.088
CMNET Participações S.A.	3.556	-	3.556	-	3.556
RJ Participações S.A.	-	43.373	43.373	-	43.373
Logic Controls, Inc. (*)	26.374	3.532	29.906	14.052	43.958
W2M Serviços de Informática Ltda.	10.447	-	10.447	-	10.447
Misterchef Sistemas de Automação Ltda.	19.009	-	19.009	-	19.009
C&S Sistemas Ltda.	963	-	963	-	963
Bematech Gestão - Unum	-	31.880	31.880	-	31.880
SnackControl Sistemas Ltda.	1.857	-	1.857	-	1.857
	<u>193.288</u>	<u>78.785,00</u>	<u>272.073</u>	<u>14.052</u>	<u>286.125</u>

(*) A movimentação no ágio corresponde à variação cambial no exercício.

d. Valor recuperável de ativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº639/2010, que aprovou o pronunciamento CPC 01 (R1) que trata da Redução ao Valor Recuperável dos Ativos quanto à recuperabilidade dos valores registrados no intangível, anualmente a Companhia efetua as avaliações exigidas por este pronunciamento.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio (*goodwill*) pago nas aquisições foi alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, que se beneficiaram das sinergias das respectivas aquisições. Essas unidades geradoras de caixa representam o menor nível de controle e gestão interna da Companhia, que atualmente são representadas por suas linhas de negócio (*Varejo, Hospitality, Food service e Canais & Ofertas Cross*).

O teste de redução ao valor recuperável para cada unidade geradora de caixa a qual tenha ocorrido alocação de ágio (*goodwill*) é realizado todos os anos para todas as unidades geradoras de caixa, exceto se existir indicação de redução ao valor recuperável de um ativo dessa unidade.

Para a análise de cada UGC da Companhia, o valor em uso foi determinado descontando-se os fluxos de caixa futuros gerados a partir do uso continuado da unidade.

As receitas e despesas foram projetadas para o período compreendido entre 2016 e 2021, considerando o crescimento da base de clientes operacionais.

Os custos e despesas foram projetadas em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como o crescimento histórico das receitas.

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta de soluções, com base histórica da Companhia.

Para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2015, consideramos:

- 2% taxa de perpetuidade aplicada após o último ano do fluxo (2021);
- 17,01% taxa de desconto (“WACC”).

A última avaliação foi realizada em 31 de dezembro de 2015, e que não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no ano, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Com terceiros				
No país	40.227	22.925	42.023	25.291
No exterior	4.387	625	4.387	625
Com partes relacionadas				
No exterior	1.294	1.235	-	-
	<u>45.908</u>	<u>24.785</u>	<u>46.410</u>	<u>25.916</u>

O prazo médio de pagamento dos fornecedores é 60 dias (38 dias em 31 de dezembro de 2014).

18 Salários e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários a pagar	10	-	951	881
Provisão de férias	6.428	6.264	9.154	9.286
Encargos a pagar	1.955	1.995	2.746	2.746
Outros	164	30	449	392
	<u>8.557</u>	<u>8.289</u>	<u>13.300</u>	<u>13.305</u>

19 Empréstimos e financiamentos - Consolidado

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

Financiamentos e empréstimos	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Moeda	Consolidado	
				31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
BNDES PROSOFT	15/10/2015	TJLP + 1,5% a.a.	Real	-	3.990
BNDES Capital Inovador	15/10/2015	4,5% a.a.	Real	-	744
BNDES Internacionalização (*)	30/09/2016	UMBND + 1,82% a.a.	UMBND	2.380	1.929
Finame Itaú Pin Pad	-	4,5% a.a.	Real	-	645
BNDES EXIM	30/09/2016	5,5% a.a.	Real	936	472
Financ. BNDES EXIM Banco do Brasil	30/09/2016	8% a.a.	Real	16	-
Financ. BNDES PROSOFT - 2014	30/09/2016	TJLP +1,52%	Real	2.172	-
Financ. BNDES PSI - 2014	30/09/2016	4% a.a.	Real	1.462	-
Financ. BNDES Inovação - 2014	30/09/2016	TJLP +0,52%	Real	586	-
Finame Componente	30/09/2016	7% a.a.	Real	131	-
Banco de Chile	25/08/2016	12% a.a.	Peso Chileno	22	38
Novo Banco (Portugal)	-	6% a.a.	Euro	-	65
Comissões s/Empréstimos BNDES	-	-	Real	(35)	(35)
				7.670	7.848
Não circulante					
BNDES Internacionalização (*)	15/10/2016	UMBND + 1,82% a.a.	UMBND	-	1.621
BNDES EXIM	15/12/2016	5,5% a.a.	Real	-	938
Financ. BNDES EXIM Banco do Brasil	15/08/2017	8% a.a.	Real	1.505	1.519
Financ. BNDES PROSOFT	15/07/2020	TJLP +1,52%	Real	16.236	7.633
Financ. BNDES PSI	15/07/2020	4% a.a.	Real	11.616	5.444
Financ. BNDES Inovação	15/07/2020	TJLP +0,52%	Real	4.467	2.095
Finame Componente	15/05/2018	7% a.a.	Real	566	-
Comissões s/Empréstimos BNDES	-	-	Real	(127)	(159)
				34.263	19.091
				41.933	26.939

(*) Unidade monetária do BNDES

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	6.810
2017	11.055	3.947
2018	8.984	3.340
2019	8.984	3.149
2020	5.240	1.845
	34.263	19.091

O contrato de financiamento de crédito aplica obrigações especiais (“Covenants”) para a Companhia e contempla as captações BNDES PROSOFT, Capital Inovador e Internacionalização.

A seguir, destacamos seus principais pontos:

- Comunicar previamente e formalmente ao BNDES a constituição de garantia real por determinação legal ou para garantia de contingências passivas, bem como nos casos de propriedade fiduciária em financiamentos para aquisição de equipamentos;
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias reais de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que seja prestado o mesmo tipo de garantia ao BNDES, em iguais condições e grau de prioridade;
- Não transferir, ceder, onerar ou alienar, o direito de propriedade sobre a tecnologia ou os produtos por ela desenvolvidos com recursos da presente operação, sem a prévia e expressa autorização do BNDES; e
- A empresa se compromete a manter, ao final de cada semestre, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (*Covenants*):
 - Igual ou menor que 2,00 (quociente da divisão da Dívida Bancária Líquida pelo EBITDA).
 - Índice de Patrimônio Líquido / Ativo Total igual ou maior que 0,40.

Com a mudança do controle acionário da Bematech, autorizada pela diretoria do BNDES em 23 de outubro de 2015, a TOTVS S.A. é incluída como fiadora dos contratos mencionados anteriormente e suas demonstrações financeiras, de 31 de dezembro de 2015, respaldam os Índices de Cobertura do Serviço da Dívida (*Covenants*) acima destacados. Os *Covenants* do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) devem ser calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas de sua Controladora, TOTVS S.A.

Os contratos de financiamentos e empréstimos não possuem garantia.

20 Debêntures

Série	Data	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	Controladora	
						31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>							
1ª Emissão	10/07/2014	50.000	10/04/2019	CDI +2,25%	16,39%	12.442	13.617
<u>Não circulante</u>							
1ª Emissão	10/07/2014	50.000	10/04/2019	CDI +2,25%	16,39%	32.942	38.911
Total						45.384	52.528

A Companhia emitiu debêntures simples em 10 de julho de 2014, em espécie quirografária não conversíveis em ações e série única, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$ 50.000, compostas por 500 debêntures com valor unitário de R\$ 100. As debêntures vencerão em julho de 2019 e vem sendo amortizadas em nove parcelas semestrais a partir de julho de 2015, atualizável pela variação do CDI acrescido de 2,25% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 10 de janeiro de 2015 e o próximo pagamento será em janeiro de 2016.

A mudança de controle acionário, conforme descrito na nota explicativa 1, foi aprovada pelos debenturistas em 23 de dezembro de 2015.

Em 22 de dezembro de 2015 foram adquiridas 20 debêntures no valor unitário de R\$ 95, totalizando R\$ 1.906. Esse valor encontra-se no balanço como redutor do total de debêntures até que sejam canceladas junto ao banco emissor.

Custo de Transação

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 758, cuja apropriação ao resultado ocorreu/ocorrerá da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	76
2015	152
2016	152
2017	152
2018	152
2019	74
	<u>758</u>

Covenants

A Companhia se compromete a manter, ao final de cada exercício, o índice de *Covenants* igual ou inferior a 2,5 (quociente da divisão da Dívida Bancária Líquida pelo EBITDA).

A Companhia não pode declarar vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias contraídas pela emissora, em valor individual, igual ou superior a R\$ 5.000.

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado para o caso do não cumprimento de determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias.

Com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Companhia cumpre na íntegra com o compromisso acima destacado.

21 Impostos e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos e contribuições a recolher				
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	437	1.283	495	1.478
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS	160	188	160	188
Imposto de renda retido na fonte sobre folha de pagamento e serviços de terceiros	520	1.092	682	1.202
Programa de integração social - PIS	91	278	101	304
Imposto sobre o valor acumulado a recolher (Argentina)	-	-	127	85
Imposto sobre serviços - ISS	270	349	684	770
Tributos sobre serviços no exterior	608	380	608	380
Outros impostos	282	51	1.125	563
Impostos e contribuições a recolher	<u>2.368</u>	<u>3.621</u>	<u>3.982</u>	<u>4.970</u>
Imposto de renda	-	4.419	608	5.862
Contribuição social sobre lucro líquido	-	1.713	205	2.206
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>6.132</u>	<u>813</u>	<u>8.068</u>

22 Provisões para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	Controladora				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Escrow	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.884	4.407	10.821	2.928	21.040
(+) Complemento de provisão	134	1.099	1.278	-	2.511
(+) Atualização monetária	220	678	831	292	2.021
(-) Baixas	(68)	(151)	(236)	(1.495)	(1.950)
(-) Reversão de provisão não utilizada	(96)	(659)	(1.195)	-	(1.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.074	5.374	11.499	1.725	21.672
Circulante	171	-	1.532	1.725	3.428
Não Circulante	2.903	5.374	9.967	-	18.244
TOTAL	3.074	5.374	11.499	1.725	21.672

	Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Escrow	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.884	4.429	10.964	2.928	21.205
(+) Complemento de provisão	137	1.099	1.278	-	2.514
(+) Atualização monetária	220	686	831	292	2.029
(-) Baixas	(68)	(151)	(236)	(1.495)	(1.950)
(-) Reversão de provisão não utilizada	(96)	(659)	(1.195)	-	(1.950)
(+) Variação Cambial	-	(8)	-	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.077	5.396	11.642	1.725	21.840
Circulante	171	-	1.532	1.725	3.428
Não Circulante	2.906	5.396	10.110	-	18.412
TOTAL	3.077	5.396	11.642	1.725	21.840

a. Cíveis e administrativos

Compreendem estimativa de causas relativas a reivindicações de terceiros, em relação a produtos e cobrança.

b. Trabalhistas

Relativas a processos movidos por ex-funcionários da Companhia e de empresas prestadoras de serviços.

c. Tributárias

Do montante consolidado de R\$ 11.642 (R\$ 10.964 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 3.854 (R\$ 3.714 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao valor do principal, multa e juros de auto de infração previdenciário lavrado em 28 de maio de 2012, anos-bases 2007, 2008 e 2009; R\$ 7.645 (R\$ 7.107 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao processo junto à Receita Federal que visa obter o reconhecimento dos valores de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS (vide mais informações no detalhamento dos depósitos judiciais); e R\$ 143 (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a demais ações.

d. Escrow Account

Saldo residual proveniente da aquisição da empresa GSR7.

e. Perdas possíveis

Há outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída e que se referem a ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, perante juízos, tribunais e órgãos governamentais. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não exigem sua contabilização. Os montantes relativos a estas causas são compostos da seguinte maneira:

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Tributárias	13.405	12.900
Cíveis	9.794	8.855
Trabalhistas	4.207	4.850
	<u>27.406</u>	<u>26.605</u>

Em função da imprevisibilidade de solução dos processos judiciais registrados, a Administração da Companhia entende que, no momento da elaboração das demonstrações financeiras, não é possível fornecer informações significativas em relação ao tempo esperado de resolução dos mesmos.

Dentre as principais ações em andamento, com risco de perda possível, destacam-se os processos junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais referente a procedimento de emissão de ECF (R\$ 6.679) e à Receita Federal relacionados a CIDE (R\$ 1.332) e compensação de saldo negativo de CSLL (R\$ 1.954).

f. Depósitos judiciais

A seguir estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados na Companhia no ativo não circulante.

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cíveis	1.721	1.718
Trabalhistas	2.163	1.810
Tributárias (Federal)	8.166	7.629
	<u>12.050</u>	<u>11.157</u>

Em dezembro de 2006, a Companhia impetrou mandado de segurança junto ao Delegado da Receita Federal em Curitiba, visando obter o reconhecimento da ilegalidade/inconstitucionalidade da inclusão dos valores pertinentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região até decisão final do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. Há depósitos judiciais vinculados a este caso, cujos saldos, em 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$ 7.645 (R\$ 7.107 em 31 de dezembro de 2014). Em fevereiro de 2009, a Administração optou por suspender o recolhimento dos valores através de depósitos judiciais e voltou a recolher os valores para a Receita Federal.

23 Obrigações por aquisição de investimentos

	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
W2M Serviços de Informática Ltda.	-	15	-	-
RJ Participações S.A. (a)	21.527	14.201	-	21.783
CMNet Participações S.A.	-	50	-	-
Bematech Sistemas de Gestão e Consultoria Ltda. - UNUM (b)	14.680	-	-	14.231
Contraprestação contingente a ser paga	8.926	-	-	9.055
<i>Escrow Account</i>	5.754	-	-	5.176
	<u>36.207</u>	<u>14.266</u>	<u>14.266</u>	<u>36.014</u>

- (a) No circulante refere-se ao registro do complemento de preço a pagar pela aquisição dos 60% da aquisição da RJ Participações liquidado em fevereiro de 2015. No não circulante, refere-se ao registro do passivo correspondente ao valor presente do preço de exercício da opção de venda (“PUT”) detida pelos vendedores da RJ, para aquisição dos 40% remanescentes, que deverá ocorrer em janeiro de 2019. Adicionalmente, o passivo inclui o valor presente dos dividendos mínimos futuros a serem pagos aos detentores das ações correspondentes aos 40% da RJ Participações, pelo prazo de cinco anos, até o exercício da “PUT”.
- (b) Refere-se a saldo a pagar pela aquisição da UNUM Tecnologia e Consultoria em Informática Ltda., posteriormente Bematech Gestão e Consultoria Ltda., atualizado monetariamente e ajustado a valor presente e que deverá ser liquidado em junho de 2017.

24 Outros passivos

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões					
Para garantia	(i)	3.112	3.222	3.112	3.329
Para contrato de prestação de serviços	(ii)	2.310	2.695	2.310	2.714
Receitas financeiras a apropriar	(iii)	303	925	303	925
Adiantamento de clientes		-	-	7	-
Outras contas a pagar		19	379	493	658
		<u>5.744</u>	<u>7.221</u>	<u>6.225</u>	<u>7.626</u>
Circulante		5.701	6.654	6.182	7.059
Não Circulante		43	567	43	567
		<u>5.744</u>	<u>7.221</u>	<u>6.225</u>	<u>7.626</u>

- (i) **Provisão para garantia**
 Com base no histórico de manutenções e o prazo de cada garantia concedida sobre as máquinas, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida com a garantia dos equipamentos nas respectivas datas-bases.
- (ii) **Provisão para contrato de prestação de serviços**
 Decorre da venda de serviços de garantias diferenciadas e contratos de manutenção de equipamentos vendidos. É calculada de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos (12, 24, 36, 48 e 60 meses).

(iii) Receita financeira a apropriar

Essa provisão refere-se à receita decorrente da exclusividade no desenvolvimento de atividades bancárias relacionadas ao processamento da folha de pagamento dos colaboradores da Companhia, com vigência até 2 de maio de 2017.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 344.601, representado por 51.568.270 ações ordinárias, das quais 1.577.400 estão em tesouraria, conforme detalhado na letra (c) desta mesma nota. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.733.330 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

b. Reservas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Reservas de capital		
Plano de outorga de ações	842	1.814
Reservas de lucros		
Reserva legal	9.067	8.656
Retenção de lucros	1.763	1.945
Subvenções de incentivo fiscal - ICMS	80.622	64.631
	<u>91.452</u>	<u>75.232</u>
Total das reservas	<u>92.294</u>	<u>77.046</u>

Reserva de capital

O montante de R\$ 842 registrado em reserva de capital refere-se a: (a) R\$ 583 das opções outorgadas e apropriadas até 31 de dezembro de 2015, na medida em que os serviços prestados pelos empregados e administradores, detentores de tais opções, incorreram; e (b) R\$259 de reserva de ágio proveniente das opções exercidas.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 1.763, registrado em 31 de dezembro de 2015, corresponde a saldo de reserva para recompra de ações.

Reserva de incentivos fiscais

Nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2015, foram registrados R\$ 15.991 (R\$ 22.797 em 31 de dezembro de 2014) de subvenção governamental em reserva de lucros, correspondente ao saldo de reservas de incentivo fiscal relacionadas aos Decretos do Estado do Paraná nº. 1.922/11 e 5.375/02.

A referida reserva não é base para distribuição de dividendos.

c. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria, em 31 de dezembro de 2015, 1.577.400 ações (421.900 em 31 de dezembro de 2014), equivalentes a 3% do total das ações em circulação e adquiridas no mercado pelo montante de R\$ 13.473, para futura alienação e/ou cancelamento. Essas ações foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 4 de abril de 2011 e 4 de novembro de 2014.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 14 de agosto de 2015, a Companhia aprovou, na 349ª Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos intercalares, conforme autoriza o Art. 204 da Lei 6.404/76, no montante de R\$7.924 correspondente a R\$0,1585 por ação, com base nos lucros apurados em 30 de junho de 2015. O pagamento destes dividendos ocorreu em 9 de setembro de 2015.

Conforme deliberado na 24ª Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2015, aprovou-se a destinação do resultado do exercício de 2014 com distribuição de dividendos no montante de R\$29.710, o qual já havia sido pago parcialmente, como dividendos intercalares, por deliberação do Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 10 de março de 2015, 4 de novembro de 2014 e 5 de agosto de 2014. Além disso, foi deliberado o pagamento do saldo de dividendos no montante de R\$3.622, correspondente a R\$ 0,07 por ação, a ser pago no dia 28 de abril de 2015.

Em 10 de março de 2015, a Companhia aprovou, na 340ª Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos intercalares, conforme autoriza o Art. 204 da Lei 6.404/76, no montante de R\$17.864 correspondente a R\$0,35 por ação, com base nos lucros apurados em 31 de dezembro de 2014. O pagamento dos dividendos ocorreu em 2 de abril de 2015.

Em 4 de novembro de 2014, a Companhia aprovou, na 333ª Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos intercalares, conforme autoriza o Art. 204 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 3.084 correspondente a R\$0,06 por ação, com base nos lucros apurados em 30 de setembro de 2014. O pagamento dos dividendos ocorreu em 27 de novembro de 2014.

Em 5 de agosto de 2014, a Companhia aprovou, na 328ª Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos intercalares, conforme autoriza o Art. 204 da Lei 6.404/76, no montante de R\$5.140, correspondente a R\$0,10 por ação, com base nos lucros apurados em 31 de julho de 2014. O pagamento dos dividendos ocorreu em 25 de agosto de 2014.

Conforme deliberado na 23ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2014, aprovou-se a destinação do resultado do exercício de 2013 com distribuição de dividendos no montante de R\$13.362, o qual já havia sido pago como dividendos intercalares por deliberação do Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 6 de agosto de 2013 e 5 de novembro de 2013. Além disso, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$8.121, correspondente a R\$ 0,1579 por ação, que estava apresentado em 10 de abril de 2014 como reserva de retenção de lucros. O pagamento ocorreu no dia 28 de abril de 2014.

26 Plano de aquisição e plano de opções de ações

a. Quadro resumo das movimentações da quantidade de opções outorgadas

	Outorgas	
	25/03/2009	03/03/2010
Ata de reunião do Conselho de Administração	228 ^a	243 ^a
Quantidade de opções outorgadas	540.000	542.667
Preço de exercício	5,56	8,70
Prazo de carência	4 anos	4 anos
Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2014	56.000	53.000
(-) perdidas/canceladas	-	(5.000)
(-) exercidas	(44.000)	-
(-) expiradas	(12.000)	-
Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2015	-	48.000

b. Resumo das opções outorgadas após a reestruturação societária

Com a reorganização societária mencionada na nota explicativa nº 1, que resultou na titularidade, pela TOTVS S.A., da totalidade das ações da Bematech, o valor proposto para o exercício das ações da 3ª outorga, único plano vigente em 31 de dezembro de 2015, fica como segue:

	03/03/2010
Quantidade de opções em aberto (vencimento em 03/03/2016)	48.000
Preço de exercício da ação na data da outorga, atualizado pelo IPCA - Em reais	12,14
Preço de oferta das ações da Bematech, na data da reorganização societária - Em reais	11,00
% de valorização das ações	10,36%
Valorização das opções, pelo preço de oferta - Em reais	528.000
Preço de oferta das ações da TOTVS na data da reorganização societária - Em reais	38,00
Quantidade de opções, em ações TOTVS (valorização das opções pelo preço de oferta das ações TOTVS)	13.895
Preço proposto por ação TOTVS - Em reais	41,94
Saldos da provisão para ações outorgadas - Em reais	582.756

27 Remuneração a empregados

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Remuneração direta	57.109	53.506	91.511	89.092
Benefícios	7.920	6.623	13.981	12.274
Encargos sociais	19.960	15.550	25.999	21.089
	<u>84.989</u>	<u>75.679</u>	<u>131.491</u>	<u>122.455</u>

28 Composição da receita

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita de vendas de Varejo	89.079	85.155	89.079	88.769
Receita de vendas de <i>Food Service</i>	12.161	8.184	39.469	34.140
Receita de vendas de <i>Hospitality</i>	558	527	87.326	77.133
Receita de vendas Canais & Ofertas <i>Cross</i>	269.748	277.648	295.346	298.830
(-) Impostos sobre as vendas	(59.596)	(59.380)	(69.211)	(68.288)
(-) Devoluções e abatimentos	(6.774)	(4.581)	(8.014)	(5.008)
Receita líquida	<u>305.176</u>	<u>307.553</u>	<u>433.995</u>	<u>425.576</u>

29 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outras receitas				
Reembolso e recuperação de despesas	383	320	143	100
Venda de ativo permanente e inservíveis	179	5	179	6
Reversão de provisões	-	(110)	-	(110)
Demais receitas	1.890	854	2.285	959
	<u>2.452</u>	<u>1.069</u>	<u>2.607</u>	<u>955</u>
Outras despesas				
Despesas com sucateamento	(1.978)	(1.385)	(1.978)	(1.385)
Contingências	(987)	(828)	(987)	(830)
Amortização de intangíveis alocados por aquisição	(1.031)	(86)	(4.162)	(3.647)
Demais despesas	(2.885)	(686)	(2.954)	(771)
	<u>(6.881)</u>	<u>(2.985)</u>	<u>(10.081)</u>	<u>(6.633)</u>
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	<u>(4.429)</u>	<u>(1.916)</u>	<u>(7.474)</u>	<u>(5.678)</u>

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras				
Receitas aplicações financeiras	7.610	6.582	8.719	6.919
Juros ativos	1.427	1.257	1.648	1.412
Variações cambiais ativas	3.488	933	3.948	1.114
Atualização depósitos judiciais ativos	538	551	538	551
Descontos obtidos	380	851	396	861
Impostos s/ receita financeira	(368)	-	(376)	-
Demais receitas financeiras*	1.391	1	1.406	11
	<u>14.466</u>	<u>10.175</u>	<u>16.279</u>	<u>10.868</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos/ debêntures	(9.053)	(4.379)	(9.058)	(4.487)
Variações cambiais passivas	(3.998)	(1.538)	(4.261)	(1.660)
Juros e multas passivos	(985)	42	(1.344)	(4.168)
IR sobre câmbio	(550)	(307)	(550)	(307)
Descontos concedidos	(600)	(404)	(1.097)	(525)
Descontos concedidos contratual	(1.772)	(2.128)	(1.772)	(2.128)
Despesas e tarifas bancárias	(741)	(798)	(1.449)	(1.331)
Atualização depósitos judiciais passivos	(538)	(551)	(538)	(551)
Ajuste a valor presente - AVP	(2.194)	(120)	(2.194)	(120)
Impostos s/ aplicação financeira	-	-	128	(91)
Correção monetária	(544)	(304)	(544)	(304)
Demais despesas financeiras	(254)	(117)	(407)	(178)
	<u>(21.229)</u>	<u>(10.604)</u>	<u>(23.086)</u>	<u>(15.850)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.763)</u>	<u>(429)</u>	<u>(6.807)</u>	<u>(4.982)</u>

* R\$ 1.391 refere-se a atualização do valor justo a ser pago pela aquisição da RJ.

31 Gastos por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26/ IAS 1, é apresentado a seguir o detalhamento da demonstração dos gastos da Controladora e do Consolidado por natureza:

Demonstração dos gastos por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Matérias primas e materiais de uso e consumo	113.197	96.226	134.427	115.821
Salários, benefícios e encargos	88.913	82.725	137.364	129.080
Serviços de terceiros (*)	55.094	40.815	68.586	43.906
Depreciação e amortização	11.628	11.465	14.207	12.578
PCLD, reversão de PCLD e perdas com clientes	3.336	6.243	5.483	10.644
Garantia	5.092	4.652	5.139	4.674
Viagens	3.935	3.909	6.253	5.908
Aluguel	4.540	3.898	8.116	6.227
Abatimentos	3.864	3.699	3.864	3.699
Publicidade e propaganda	3.740	3.636	5.733	4.833
Outros	13.570	18.079	24.998	33.372
	306.909	275.347	414.170	370.742
Demonstração dos gastos por função				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	204.222	180.610	279.854	245.709
Vendas	50.255	48.021	64.083	62.098
Administrativas e gerais (*)	47.187	39.473	64.360	54.629
Honorários da administração	5.245	7.243	5.873	8.306
	306.909	275.347	414.170	370.742

(*) Aproximadamente R\$ 5.089 foram gastos, no terceiro trimestre de 2015, com a reorganização societária envolvendo a TOTVS e a Bematech, conforme fato relevante divulgado em 14 de agosto de 2015 (vide nota 1).

32 Compromissos

a. Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento

A Companhia possui o compromisso de investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país. Tais compromissos decorrem de benefícios fiscais de IPI, conforme previstos nas Leis nº. 11.077/04, 10.176/01 e 8.248/91, e de subvenção governamental, conforme previsto nos Decretos do Estado do Paraná nº. 1.922/11 e 5.375/02.

O cálculo do montante a ser investido tem como base 3% (CPU's e Microterminais) ou 4% (Demais Produtos) do faturamento líquido no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei. Neste contexto, a Companhia deverá manter o Processo Produtivo Básico (PPB) dos produtos autorizados pelas Portarias Interministeriais nº 770/05 e nº 109/02.

	Controladora	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Faturamento líquido de produtos incentivados (CPU's e Microterminais)	10.688	4.293
Percentual de investimento	3%	3%
Total CPU's e Microterminais	<u>321</u>	<u>129</u>
Faturamento líquido de demais produtos incentivados	136.842	153.291
Percentual de investimento	4%	4%
Total demais produtos incentivados	<u>5.474</u>	<u>6.132</u>
Investimento obrigatório	<u>5.795</u>	<u>6.261</u>
Investimento realizado	<u>5.534</u>	<u>9.036</u>
Investimento realizado além do obrigatório (a realizar)	<u>(261)</u>	<u>2.775</u>

A Companhia monitora o cumprimento do compromisso de investir em atividades de pesquisa e desenvolvimento e, caso não realize o investimento necessário até o final do exercício é possível utilizar-se dos investimentos realizados no primeiro trimestre do exercício seguinte, conforme permite o Art. 34, inciso I do Decreto 5.906/06 que regulamenta a Lei 8.248/91.

b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatária

A Companhia arrenda diversos escritórios, barracões para fábrica e armazéns segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Em geral os termos do arrendamento são de um ano a cinco anos e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

A Companhia também arrenda diversas máquinas segundo contratos de arrendamento operacional canceláveis. O Grupo tem que fornecer uma notificação com antecedência de um mês para rescindir esses contratos.

Os valores totais mínimos de arrendamento a serem pagos, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis e canceláveis, são:

	Controladora	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Menos de um ano	4.096	3.823
Mais de um ano e menos de cinco anos	6.527	10.966
	<u>10.623</u>	<u>14.789</u>
	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Menos de um ano	5.211	5.658
Mais de um ano e menos de cinco anos	6.527	10.966
	<u>11.738</u>	<u>16.624</u>

33 Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas. A cobertura máxima é composta da seguinte maneira:

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Danos materiais – imóveis, máquinas e equipamentos	66.267	114.335
Danos materiais – estoques em operador logístico	12.000	27.619
Danos materiais – transporte internacional	20.000	20.000
Danos morais e materiais – D&O	80.000	80.000
Veículos		
Danos materiais	420	2.372
Danos morais	100	100
Danos corporais	420	2.372
	179.207	246.798

	31/12/2014	
	Controladora	Consolidado
Danos materiais – imóveis, máquinas e equipamentos	38.000	70.698
Danos materiais – estoques em operador logístico	12.000	22.625
Danos materiais – transporte internacional	12.000	12.000
Danos morais e materiais – D&O	80.000	87.969
Veículos		
Danos materiais	400	1.728
Danos morais	100	100
Danos corporais	400	1.728
	142.900	196.848

Diretoria

Eros Alexandre Jantsch
Diretor Presidente

Bruno Martinez Primati
Diretor Vice-Presidente Executivo

Gilsomar Maia Sebastião
Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Gilsomar Maia Sebastião

Marcelo Eduardo Sant'Anna Consentino

Eros Alexandre Jantsch

Controladoria

Adriano Cesar Passenko
Controller

Elenise Maria do Prado Marques
Contadora CRC PR - 037952/O-4